

Seguridade Social e Tributação

Ano XXV | Nº 124 | Brasília | setembro de 2016



SOB NOVA DIREÇÃO

Redução de ministérios, teto para os gastos públicos e reforma da Previdência são prioridades para o governo

COMBATE À CORRUPÇÃO
10 MEDIDAS JÁ TRAMITAM
NO CONGRESSO

FUNDOS DE PENSÃO
CPI APRESENTA 353
PEDIDOS DE INDICIAMENTO

ALIMENTAÇÃO VEGANA
MAIS SAÚDE PELOS
ALIMENTOS

**PREVIDÊNCIA É
PATRIMÔNIO DO
POVO BRASILEIRO!**

**NÃO MEXAM COM
A PREVIDÊNCIA
SOCIAL!**



Fundação ANFIP de
Estudos da Seguridade Social
e Tributário



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

A contribuição dos Auditores Fiscais para a recuperação da economia

O Brasil vive uma crise econômica sem precedentes, resultado de uma combinação de fatores capazes de deixar até mesmo os especialistas em economia, ciências políticas, gestão e administração pública sem respostas para muitas perguntas.

A instabilidade política, fruto da promiscuidade entre os setores público e privado e da ausência de políticas públicas específicas e fundamentais para o desenvolvimento igualitário da sociedade, em seus diversos segmentos, reflete também a necessidade de mudanças e da quebra de paradigmas capazes de levar-nos ao aperfeiçoamento da gestão da coisa pública e da probidade administrativa nos atos, ações e investimentos realizados pelo Estado.

É preciso enxergar o momento que atravessamos para além dos problemas e das adversidades que nos aparecem. Basta saber navegar em águas turbulentas para encontrar terra firme, ancorada nos mais cristalinos princípios morais que regem a ética e a responsabilidade para com as mudanças sociais.

Em um período em que se fecham postos de trabalho, cai, conseqüentemente, a arrecadação estatal e diminuem os investimentos em setores sociais e administrativos ligados geralmente

à saúde, educação e aos demais programas de transferência de renda. Tempos em que assistimos ao desmoronamento de blocos econômicos regionais, como a União Europeia, que recentemente enfrentou mudanças significativas com a saída do Reino Unido, importante pólo financeiro e administrativo. Onde levantes e revoltas populares são cada vez mais frequentes e quase sempre dirigidas à figura dos Estados, sejam eles o governo local ou governos internacionais, é necessário enfrentar mudanças. Fundamental, porém, é definir os caminhos que serão seguidos sob o risco de, futuramente, depararmos com necessidades cada vez mais restritivas e que impedem e travam o avançado crescimento econômico e social do País.

Sem sombra de dúvidas, o papel desenvolvido pelos Auditores Fiscais na apuração e fiscalização dos recursos administrados pelo Estado e das contribuições prestadas por todos os brasileiros representa avanços na direção da profissionalização e da qualidade do serviço público. Mais do que isso, tais atividades desencadeiam uma série de investigações e operações no País que estão culminando no repatriamento e recuperação de recursos públicos desviados e na penalização dos responsáveis por tais atos, sempre tão caros ao desenvolvimento de toda a sociedade brasileira.

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

FOTOS:

Agência Brasil, Arquivo ANFIP e Fotos Públicas

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

MadMídia
(www.madmidia.com.br)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Wellington Pessoa

CAPA:

Ana Volpe/ Senado - Fotos Públicas 20/09/2014

EDITOR:

Cleber Augusto

REPORTAGEM:

Cleber Augusto, Gisele Diniz
e Samantha Fukuyoshi

CONSELHO EDITORIAL:

Carmelina Calabrese
Décio Bruno Lopes
Florianio Martins de Sá Neto
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Wilson Antonio Romero

CONSELHO EXECUTIVO

Wilson Antonio Romero

Presidente

Carmelina Calabrese

Vice-Presidente Executivo

Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Florianio Martins de Sá Neto

Vice-Presidente de Política de Classe

Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes

Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Misma Rosa Suhett

Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Creusa Dantas Gama

Vice-Presidente de Cultura Profissional

Dulce Wilenbring de Lima

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Renato Albano Junior

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Manoel Eliseu de Almeida

Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro

Vice-Presidente de Administração,
Patrimônio e Cadastro

Carlos Alberto de Souza

Vice-Presidente de Planejamento e
Controle Orçamentário

João Alves Moreira

Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-Presidente de Comunicação Social

Maruchia Mialik

Vice-Presidente de Relações Públicas

João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo

Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Maria Geralda Vitor

Marcia Irene Werneck

Albenize Gatto Cerqueira

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz

AL - Dinah Vieira Marinho

AM - Cleide Almeida Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - José Antônio Moreira Icó da Silva

CE - Tereza Liduína Santiago Félix

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Crésio Pereira de Freitas

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ilva Maria Franca Lauria

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Benedito Cerqueira Seba

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Dijanete de Souza Lima

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Lourival de Melo Lobo

PR - Ademar Borges

RJ - Maria Ana da Silva

RN - Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - César Roxo Machado

SC - Luiz Carlos Aguiar da Silva

SE - Jorge Cezar Costa

SP - Sandra Tereza Paiva Miranda

TO - José Carlos Rego Moraes

Ao leitor

Com a retração da indústria nacional e o encolhimento da economia registrado entre 2015 e 2016, que resultou no fechamento de quase 2 milhões de postos de trabalho e de mais de 100 mil empresas em todo o País, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, o País encontra-se em uma situação completamente oposta ao período que compreendeu os anos de 2008 e 2014. O baixo desempenho na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, na arrecadação tributária agravou uma crise política que afastou, pela segunda vez em nosso País desde o fim do regime militar, um presidente da República eleito democraticamente. O motivo: alegações técnicas e jurídicas das chamadas “pedaladas fiscais”, ou seja, atraso no repasse de dinheiro pelo governo aos bancos públicos, por meio dos recursos do Tesouro Nacional.

Com a queda da arrecadação e o aumento da dívida pública, no entanto, o governo observou por um breve período o crescimento vertiginoso da inflação. Com os recorrentes escândalos de corrupção que tomaram conta dos noticiários nacionais, aliado à pressão popular crescente nas ruas e à infidelidade do Congresso Nacional com relação ao Poder Executivo, atravessamos, mais uma vez em nossa história, um processo de impeachment e consideráveis mudanças políticas, administrativas e nos rumos da condução econômica no País.

Nesta edição, abordamos cada um dos aspectos e análises mencionadas acima. Analisamos as medidas adotadas pelo governo para promover uma reforma administrativa, incluindo propostas de reformas fiscal, tributária e, principalmente, da Previdência Social, que envolvem discussões acerca da sustentabilidade do sistema a longo prazo. Além disso, iniciamos o debate sobre as medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público Federal (MPF).

A análise da arrecadação tributária e dos resultados da atuação da Auditoria Fiscal também integram esta edição, que inclui também reportagens sobre a CPI dos Fundos de Pensão e, para amenizar, alimentação Vegana. A análise da arrecadação tributária e dos resultados da atuação da Auditoria Fiscal também integram esta edição.

Boa leitura!

Esta edição: 5.000 exemplares

Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



Cartas

AGRADECIMENTOS

Parabéns e obrigado à ANFIP pela defesa da paridade.

Osmário Mendonça de Paula/GO

Estou muito preocupada com os rumos da nossa Previdência Social e as consequências para as pessoas que mais precisam dela. Sabemos que a principal questão para a manutenção dos benefícios não é o aumento da idade mínima e sim a administração desses fundos. É preciso que a sociedade conheça a realidade [da Seguridade Social].

Cristina Ribeiro/RJ

Parabéns, Anfip!

Sinto orgulho de pertencer a essa Instituição que sempre trabalhou em prol da Previdência Social e do Brasil, além de defender os direitos e conquistas dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil com base na ética e nos valores intrínsecos a essa função no serviço público.

Maria Regina Hubner de Carvalho Leite/RS

Realmente é uma questão muito controversa e ainda ouve-se como se fosse um ganho, um consolo, de que os Auditores aposentados da Receita Federal, com essas propostas, serão os aposentados do governo que melhor aumento terão. Basta... Prestei um concurso concorridíssimo e difícilíssimo, em 1981, em que as mil vagas disponíveis em todo o Brasil não foram preenchidas porque o número de candidatos aprovados foi menor. Não admito, agora aposentado, que queiram que eu esqueça disso, que deixe pra lá todo o meu empenho e dedicação, para ser consolado com argumentos pífiolos. ANFIP, por favor, vamos lutar por essa conquista.

Celso Gomes Pegoraro/SP

Parabéns, ANFIP!!!!!! Sempre confiei em vocês e continuo confiando!

Marcos Tadeu Rodrigues Vieira/MG

Parabéns pelas iniciativas tomadas para que o deficit da Previdência seja desmistificado. Tenho lido [na mídia] as bobagens que dizem a respeito da Previdência e a necessidade de reforma por causa do rombo. Ou seria roubo? Protagonizado pelo governo, com a utilização dos recursos da Previdência na DRU, ou o pagamento de Bolsa Família, era hora de alguém esclarecer que não existe orçamento de Previdência Social, que ela faz parte da Seguridade Social, que é composta pela Previdência, Assistência Social e Saúde, e que constituem um orçamento só, que fazem parte do Orçamento da União. Devo esclarecer que a Cofins, as contribuições sobre prognósticos de loterias e PIS, no Orçamento da União, não constam do Orçamento da Seguridade Social. Isso é uma afronta à Constituição Federal.

Luciano Galliano/SP

Já se tornou uma rotina. Em todo governo que se instala a primeira investida é a reforma da Previdência. Em todas essas modificações os prejudicados sempre foram os segurados. Aumenta idade, cria fatores, reduz-se o tempo da duração do benefício, reforma-se a Constituição e se impõe uma contribuição sem nenhuma retribuição para os aposentados, enfim prevalece sempre a opinião dos economistas de plantão. Apresenta-se uma proposta [PEC 555/06 - fim da contribuição previdenciária] para acabar com a injustiça. Vota-se tudo, menos a correção do mal acontecido.

Benedito Santos Lima/AL

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO

07



Reforma Administrativa - A fusão de ministérios teve como objetivo proporcionar uma economia estimada em R\$ 160 bilhões. Outra prioridade é aprovar no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos. Já a proposta de reforma da Previdência enfrenta a resistência de movimentos sociais e trabalhistas.

11



10 medidas contra a corrupção - As propostas sugeridas pelo Ministério Público Federal tiveram o apoio de mais de dois milhões de assinaturas da sociedade civil e foram entregues ao presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, deputado Carlos Thame (PV-SP), autor do PL 4850/2016, que está sendo analisado por uma comissão especial.

17



CPI dos Fundos de Pensão - Relatório aprovado pela Comissão, de autoria do deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), detecta ingerências nos quatro maiores fundos de pensão do País - Petros, Funcef, Previ e Postalís - que causaram, segundo a Comissão, prejuízos da ordem de R\$ 6,2 bilhões.

23

Descrição	2016	2017	2018
Arrecadação total	1.234.567.890.123	1.345.678.901.234	1.456.789.012.345
Impostos	567.890.123.456	678.901.234.567	789.012.345.678
Tributação	345.678.901.234	456.789.012.345	567.890.123.456
Outros	321.098.765.432	210.987.654.321	109.876.543.210

Arrecadação - Balanço da arrecadação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstra a queda livre nos ingressos de recursos da União.

26

Item	Valor
Desempenho de Fiscalização	123.456.789.012
Informações fiscais e tributárias	234.567.890.123
Subsecretaria de Fiscalização	345.678.901.234
Receita Federal do Brasil	456.789.012.345

Desempenho de Fiscalização - Informações fiscais e tributárias da Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil demonstram o resultado da ação fiscal no período.

28



Alimentação vegana - Os benefícios à saúde estão relacionados ao consumo apenas de alimentos de origem vegetal, como frutas, leguminosas, hortaliças, grãos e cereais. Especialistas, consumidores e produtores de alimentos vegetais relatam os benefícios deste estilo de vida.

32



Ideias e Debates - A análise aprofundada da Lei 13.254/2016, que cria o Regime Especial de Regularização Cambial, segundo o procurador da República Douglas Fischer.

Mudanças liberais

no foco do governo



Foto: Dida Sampaio - Estadão

PRESIDENTE MICHEL TEMER ANUNCIA
MEDIDAS PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA

EXTINÇÃO E FUSÃO DE MINISTÉRIOS, APROVAÇÃO DO TETO PARA
OS GASTOS PÚBLICOS E REFORMA DA PREVIDÊNCIA
SÃO PRIORIDADES PARA O PODER EXECUTIVO

Após um período de transição governamental marcado por divergências políticas e administrativas, denúncias e acusações de desrespeito às normas que regem os princípios básicos da administração pública e da democracia, como a probidade administrativa e a legalidade dos atos públicos, o Brasil entra em um momento de profundos debates ideológicos e promoção de mudanças estruturantes em todos os setores da máquina estatal. Com a queda da arrecadação tributária e a retração da economia, que registrou no período entre 2015 e 2016 o fechamento de quase dois milhões de postos de trabalho no País, o governo administrado pelo presidente Michel Temer levou a efeito uma reforma administrativa com a redução do número de ministérios de 39 para 24, estimando uma economia de R\$ 160 bilhões, e acelerou os debates sobre a implementação de propostas de reforma fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária.

Em julho, no Palácio do Planalto, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, já falava sobre a necessidade de aprovação do teto dos gastos públicos, previsto para vigorar a partir de 2017 e que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016. “O governo tem que aprovar este ano o teto. Nós temos excedentes em determinadas áreas e nós pretendemos aprimorar o trabalho, fazer mais com menos e isto seria fundamental para que nós não tivéssemos novos contingenciamentos. Então, o governo esgotará todas as alternativas para que não haja esta necessidade”, defende.

Sobre o período de duração do teto, inicialmente avaliado e negociado para um prazo de 20 anos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirma que “as políticas corretivas se farão pelo tempo que se fizer necessário para que a economia ingresse num novo ciclo de crescimento sustentável”. “Caso a fixação de um teto para a expansão dos gastos primários seja aprovada, vamos contribuir para uma redução dos prêmios de risco e contribuir para o controle da inflação”, avalia.

Outras prioridades destacadas pelo ministro Eliseu Padilha para este momento de transição política e administrativa são as demais reformas estruturantes. “O governo quer aprovar este ano a reforma da Previdência, em primeiro lugar. A reforma trabalhista, a reforma fiscal e, por último, uma reforma na prestação de serviço eficaz do Estado, que se chama, em uma expressão mais simples, implantar o governo virtual, em que nós queremos ter todo o governo sob controle, inclusive dos cidadãos”.



MINISTROS DYOGO OLIVEIRA (PLANEJAMENTO) E ELISEU PADILHA (CASA CIVIL)

A ideia do governo é que todo o cidadão possa, por meio da utilização da sua identidade pessoal, acessar o sistema do governo e identificar se há o acúmulo de benefícios como Bolsa Família, seguro-desemprego, auxílios do INSS, entre outros. “Aí haverá transparência no Brasil. Porque todas as relações daquela pessoa com o Estado brasileiro estarão sistematizadas”, conclui Padilha.

Todas as medidas estão sendo adotadas para cobrir um rombo orçamentário de cerca de R\$ 170 bilhões em 2016, segundo projeções do Ministério da Fazenda. No primeiro semestre deste ano, o valor do déficit registrado foi de R\$ 23,77 bilhões, resultado anunciado pelo Banco Central.

RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS

Em reuniões recentes com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Michel Temer articulou a construção de uma pauta conjunta de prioridades.

No segundo semestre, o Congresso Nacional inicia os trabalhos legislativos analisando projetos prioritários para o governo, como a renegociação das dívidas dos estados com a União, medida que estende o prazo para os pagamentos em 20 anos, consequência da queda da arrecadação em todos os entes da Federação. Em contrapartida, os estados assumem o compromisso de cumprir um teto de gastos, que vigorará pelo mesmo período e limitará o crescimento das despesas públicas de um ano ao percentual de inflação do ano anterior.

Além disso, os estados ficam proibidos de conceder aumento a servidores públicos por um período de dois anos, à exceção de reajustes que tenham sido negociados até a data de aprovação da lei da renegociação das dívidas estaduais pelo Congresso. Caso essas medidas não sejam suficientes para adequar os gastos públicos, será permitido aos estados reduzir em até 30% os gastos com servidores públicos decorrentes de parcelas indenizatórias e vantagens de natureza transitória e também implementar o desligamento voluntário e a licença incentivada de servidores da administração pública.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM DEBATE

Atenta às mudanças e com o objetivo de estimular a reflexão de toda sociedade acerca das reformas promovidas, especialmente com relação às medidas anunciadas para a Previdência Social, a Anfip vem acompanhando ativamente as discussões e integra, inclusive, o grupo de trabalho formado por lideranças trabalhistas e empresariais para discutir junto à Presidência da República as propostas apresentadas para a Previdência, entre elas a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria e a desvinculação dos benefícios do salário mínimo.

ANFIP DEFENDE SUPERAVIT DA PREVIDÊNCIA NO CONGRESSO

Em contraponto aos argumentos e às propostas do governo, foi lançada em 31 de maio a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, no Senado Federal.

“A Frente Parlamentar tem como objetivo buscar o que nos roubaram. Roubaram o Ministério da Previdência Social da classe trabalhadora, porque

REFORMA MINISTERIAL DE TEMER

Aviação Civil EXTINTO	 Incorporado a Transportes	Desenvolvimento Social e Combate à Fome DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 -
Ciência e Tecnologia DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 Virou Ciência e Tecnologia e Comunicações	Fiscalização, Transparência e Controle NOVO	
Comunicações DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 -	Justiça DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 Virou Justiça e Cidadania
Comunicação Social EXTINTO	 Perdeu o status de ministério	Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 -
Controladoria Geral da União EXTINTO	 Virou Fiscalização, Transparência e Controle	Portos EXTINTO	 Incorporado a Transportes
Desenvolvimento Agrário DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO	 Virou Desenvolvimento Social e Agrário	Secretaria de Segurança Institucional NOVO	
Previdência Social DEIXA DE EXISTIR APÓS FUSÃO		 Virou Trabalho e Previdência Social	

quem paga religiosamente a Previdência, descontado todos os meses em folha, são os trabalhadores, legítimos donos da Previdência”, afirma o senador Paulo Paim (PT-RS), coordenador da Frente.



MICHEL TEMER, PRESIDENTE DA REPÚBLICA, E FLORIANO SÁ NETO, VICE-PRESIDENTE DE POLÍTICA DE CLASSE DA ANFIP

Segundo ele, a desvinculação de 30% das receitas da Seguridade, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), assalta a Previdência. “Calcule retirar 30% da Saúde, da Assistência e da Previdência. Nós não aceitaremos. Faremos o bom combate e esta Frente viajará por todo o País fazendo uma grande mobilização e mostrando que a nossa Previdência é superavitária”, indica Paim, destacando que o superavit do setor em 2014 foi de aproximadamente R\$ 54 bilhões.

“Por isso nós estamos unidos aqui nesta Frente levando muito firme o discurso e a comprovação de que esta Previdência é superavitária. O próprio orçamento comprova que em 2016 há previsão de R\$ 69 bilhões de renúncias, de incentivos a diversos setores da economia com o dinheiro do aposentado. Nós temos que lutar para que o dinheiro retorne imediatamente para os cofres do INSS”, afirma o presidente da Anfip, Vilson Antonio Romero.

A Anfip é contrária, entre outros pontos, à fixação de idade mínima para requerer o direito à aposentadoria. A Entidade apoia a proposta desenvolvida junto às centrais sindicais que prevê, entre outras medidas, a revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas, a alienação de

imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão, o fim da aplicação da DRU sobre o orçamento da Seguridade Social e a revisão das renúncias previdenciárias.

MUDANÇAS NA ESPLANADA

Na opinião do doutor em ciência política pela Universidade Complutense de Madri (Espanha), José Matias Pereira, as mudanças administrativas feitas na gestão de Michel Temer possuem caráter paliativo.

“Sabe-se que esta reforma da administração do governo Temer não irá criar as condições para o Estado responder às crescentes demandas da sociedade por serviços públicos de qualidade. O seu objetivo não é modernizar a administração pública, mas sinalizar para a sociedade, para o mercado e para os investidores que o governo está disposto a reduzir os gastos públicos”, analisa.

De acordo com o especialista, esta iniciativa repercutiu positivamente junto à população e ao setor empresarial, mas os seus efeitos em termos de economia são pouco significativos.

“Com a decisão, o governo Temer sinalizou para a sociedade que, mesmo diante de sua interinidade, estava adotando medidas concretas para tirar o País da inércia em que se encontrava,



VILSON ROMERO, PRESIDENTE DA ANFIP, DISCURSANDO NA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

em decorrência da crise de governabilidade que havia se instalado no País. Essas medidas, portanto, não foram apoiadas em estudos técnicos consistentes”, avalia José Matias.

Segundo ele, o Brasil deverá chegar no final de 2016 com um contingente de 14 milhões de pessoas desempregadas. “O aumento da longevidade e a maturação dos segurados ativos, que passam a demandar benefícios de inatividade, são ameaças concretas à solvabilidade fiscal do sistema de seguro social. As exigências de mudanças na Previdência Social estão dentro desse contexto de crise fiscal, que se impõem frente a realidade existente no País”.

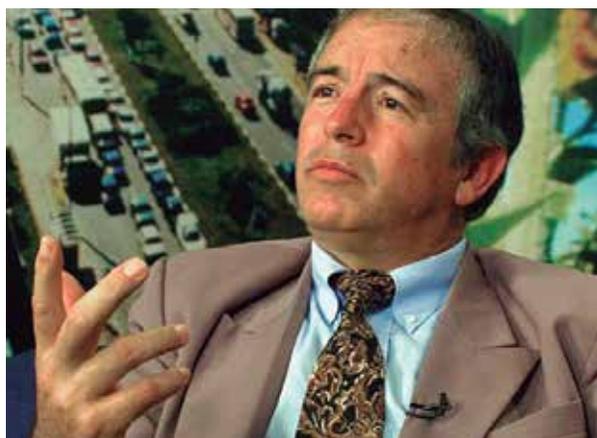


Foto: Divulgação/Arquivo pessoal

“AS EXIGÊNCIAS DE MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTÃO DENTRO DESSE CONTEXTO DE CRISE FISCAL”, ARGUMENTA JOSÉ MATIAS PEREIRA

Propostas sobre Previdência apresentadas pelas centrais sindicais e apoiadas pela Anfip

- Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
- Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
- Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão;
- Fim da aplicação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre o orçamento da Seguridade Social;
- Criação de mecanismos mais ágeis para a cobrança da dívida ativa previdenciária de mais de R\$ 300 bilhões;
- Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;
- Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;
- Destinação à seguridade/previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional;
- Recriação do Ministério da Previdência Social.

PL 4850/16 REÚNE PROPOSTAS DO MPF E JÁ TRAMITA NO

Congresso Nacional



Foto: Divulgação / Câmara de Deputados

ANTEPROJETOS DE LEI PROPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) FORAM ENTREGUES AO PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO, DEPUTADO MENDES THAME (PV-SP), COM 2 MILHÕES DE ASSINATURAS DE APOIO

ENTRE AS MEDIDAS PREVISTAS ESTÃO A PUNIÇÃO PARA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE AGENTES PÚBLICOS E A TRANSFORMAÇÃO DA CORRUPÇÃO EM CRIME HEDIONDO

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e à impunidade, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou à sociedade civil, no início deste ano, 10 propostas de combate à corrupção, como parte das ações estratégicas de inteligência posteriores à deflagração de uma das maiores ações investigativas já realizadas no País: a Operação Lava Jato, que entrou em sua 33ª fase no dia 2 de agosto, com o início da Operação Resta Um.

Na forma de 20 anteprojeto de lei, a iniciativa foi entregue por representantes do MPF e da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), em março. Além disso, a matéria conta com o apoio de entidades sociais e sindicais e mais de dois milhões de assinaturas colhidas durante três meses em igrejas, escolas, faculdades, entidades sindicais e associativas e órgãos públicos.

“A Operação Lava Jato pode alcançar a recuperação do dinheiro desviado no caso concreto e a punição dos responsáveis. Mas o que a sociedade espera é que os escândalos de corrupção parem de se suceder semana após semana. Para que isso aconteça, precisamos mudar as condições que hoje favorecem a corrupção para que passem a desfavorecê-la”, afirma o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato.

O presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), frisou que o PL 4850/16, de sua autoria e de outros parlamentares, prevê “o preenchimento de lacunas jurídicas e a atualização da legislação brasileira de combate à corrupção”.

De acordo com o deputado, o PL foi apresentado à Presidência da Câmara em função da impossibilidade de verificar e conferir a validade (nome, endereço, número do título e zona eleitoral dos assinantes da propositura) das mais de 2 milhões de assinaturas que possibilitam a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular, conforme os requisitos legais previstos pelo artigo 61 da Constituição Federal (CF).

As 10 medidas de combate à corrupção reúnem 20 propostas de alterações legislativas, que visam aprimorar a legislação brasileira de combate à corrupção. Buscam, entre outros ajustes, a criminalização do enriquecimento ilícito; o aumento das penas e a classificação de crime hediondo para corrupção de altos valores; maior celeridade nas ações de improbidade administrativa; reforma no sistema de prescrição penal; responsabilização dos partidos políticos; e criminalização do caixa 2.

CÂMARA INSTALA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR AS PROPOSTAS

Após inúmeras reuniões com o presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para cobrar a instalação da Comissão Especial responsável por apreciar e analisar a admissibilidade da proposta, representantes do MPF e da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, com o apoio de entidades que integram o movimento, se reuniram, em junho, com o então presidente interino da Casa, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), para cobrar celeridade no trâmite da proposta.

No dia 16 de junho, após a leitura em Plenário da decisão tomada pela Presidência da Câmara, a Comissão Especial foi instalada e os partidos iniciaram a indicação dos membros efetivos do colegiado.



Foto: Divulgação / Câmara de Deputados

AS PROPOSTAS SERÃO ANALISADAS EM UM PRAZO DE ATÉ 120 DIAS POR COMISSÃO ESPECIAL COMPOSTA POR 60 PARLAMENTARES, ENTRE TITULARES E SUPLENTE

Na opinião do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), membro da Comissão Especial, as 10 medidas de combate à corrupção “vêm ao encontro das outras medidas já adotadas pela Câmara ao longo dos últimos anos, desde a estrutura constitucional, do arcabouço jurídico-legal brasileiro, das leis complementares e das leis ordinárias que permitiram e permitem que o MPF, que a PF e que a Justiça brasileira possam prender e condenar os criminosos do colarinho branco e de outros tipos de crimes”.

O parlamentar avalia que a legislação vigente é boa, mas tem muitas brechas. “Foi o que levou o Ministério Público, fruto do trabalho desenvolvido por promotores, policiais e outros integrantes da força-tarefa investigativa, tanto nas operações relacionadas à identificação dos desvios de recursos públicos do ‘mensalão’, do ‘petrolão’, do ‘sangue-suga’ quanto da Lava Jato, à conclusão de que havia uma série de espaços e buracos abertos (em nosso conjunto de leis) que deveriam ser preenchidos com uma boa legislação, para que o Brasil possa combater prontamente os crimes contra o dinheiro público, contra o erário”, reforça o parlamentar, reiterando que a medida jurídica legal levada ao Congresso constitui “apenas um passo que a PF, MPF e Justiça deram para que nós possamos ter uma cultura do bom uso do dinheiro público”.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DIZ QUE GRUPO TRABALHARÁ COM CELERIDADE

Com 60 membros no total, sendo 30 titulares e 30 suplentes, a Comissão Especial elegeu, no dia 13 julho, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) para a Presidência do colegiado. Também foram eleitos o relator, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e o vice-presidente, deputado Alexandre Serfiotis (PMDB-RJ).

O relator, deputado Onyx Lorenzoni, explica que o trabalho feito pelos parlamentares se baseará na promoção de audiências públicas e de debates envolvendo todos os setores da sociedade civil e do poder público.



Foto: Cláudio Araújo

DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA), PRESIDENTE DA COMISSÃO QUE ANALISARÁ AS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

Segundo o parlamentar, a instituição do respeito à vida, à existência e aos direitos dos cidadãos será um dos maiores desafios da Comissão. “Nós todos vamos, a muitas mãos, construir uma nova realidade no Brasil a partir do trabalho que esta Comissão realizará. Esse é o nosso propósito, o nosso sonho e essa será a nossa realidade ao final dos trabalhos”, acredita.

O deputado Diego Garcia (PHS-PR), um dos co-autores do projeto, afirma que levantamento recente feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) conclui que cerca de 2,3% do PIB brasileiro está sendo desviado pelos crimes relacionados à corrupção. “Isso significa e representa cerca de R\$ 100 bilhões. Além disso, o procurador-geral da República Deltan Dellagnol trouxe a esta Casa dados que indicam que este valor chega a R\$ 200 bilhões. Ou seja, medidas devem ser tomadas, porque quem está perdendo com isto é o nosso País, a nossa nação”, avalia, citando o exemplo de outros Países que obtiveram avanços significativos ao alterar a legislação relacionada aos crimes de corrupção.

“Nós temos exemplos como a Suécia, que desde a década de 70, por conta de mudanças na legislação relacionadas à transparência – e é uma das sugestões apresentadas pelas 10 medidas de combate à corrupção –, registrou apenas dois casos de corrupção envolvendo agentes políticos em mais de 30 anos. Então é isso que

nós esperamos, que daqui saia o melhor texto possível e que este projeto possa contribuir com o nosso País”, finaliza Garcia.

FRENTE PARLAMENTAR TRABALHA PELA APROVAÇÃO INTEGRAL DO PL 4850/2016

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Carvalho Veloso, explica que a entidade realizou uma consulta pública aos seus associados sobre as propostas apresentadas pelo MPF e que foi decidido, por ampla maioria dos votos, o posicionamento da Ajufe em defesa do PL 4850/2016. “A posição da Ajufe hoje é de defesa dessas 10 medidas contra a corrupção”.

Para ele, algumas medidas como, por exemplo, as propostas do aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal estão diretamente relacionadas ao trabalho realizado pelos juizes em todo o País.

“Nós sabemos que muitos dos recursos apresentados pelos investigados são puramente protelatórios. Então a Ajufe defende, dentro desta ótica, que a condenação em segundo grau de jurisdição possa vir a ser cumprida imediatamente quando esta decisão for condenatória”, defende. O presidente ainda reitera que recurso para o Supremo Tribunal Federal (STF) e para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não teria efeito suspensivo da decisão tomada pelo juiz de segunda instância. “O STF decidiu recentemente que isso era possível, por maioria de voto, diante do princípio da moralidade e do julgamento célere dos processos judiciais, e nós ficamos muito satisfeitos com isso”.

De acordo com Veloso, outro problema que existe no Brasil, que também está sendo abordado nas medidas contra a corrupção, é o da prescrição, “intimamente ligada ao atraso na aplicação e no cumprimento das penas”. Por fim, o presidente da Ajufe destaca a imensa contribuição dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB) para o sucesso das investigações conduzidas pelo Ministério Público (MPF) e pela Polícia Federal (PF)

de crimes relacionados à corrupção, conforme prevê o artigo 158 do Código de Processo Penal, cita o magistrado.

“Esse artigo fala sobre os crimes que deixam vestígios, e neste tipo de investigação criminal é preciso ter a prova material do delito. E como nós vamos refazer o percurso do dinheiro desviado? É preciso que nós tenhamos pessoas com qualidade técnica, como os fiscais da RFB, por exemplo, que atuam justamente refazendo tecnicamente todo o caminho que este recurso percorreu. Também é preciso verificar, ainda falando sobre as atribuições dos Auditores Fiscais, a evolução patrimonial dos investigados. E quem desenvolve este trabalho são os técnicos da RFB”, indica.

“Então, a força-tarefa é justamente para isso, para que esses órgãos forneçam elementos ao Ministério Público e depois ao juiz para que as pessoas envolvidas em práticas ilícitas relacionadas à corrupção possam ser responsabilizadas”, afirma.

Com relação à criação de estrutura necessária que possibilite uma melhor atuação dos órgãos ligados à Justiça brasileira, Veloso cita a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais – nos estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Amazonas – e a criação de Varas Especializadas na apuração e julgamento de casos relacionados à improbidade administrativa.

Neste sentido, o procurador-geral da



JUIZ FEDERAL ROBERTO VELOSO, PRESIDENTE DA AJUFE, DESTACA A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE ESTRUTURA PARA QUE ÓRGÃOS E ENTIDADES DE CONTROLE ATUEM COM MAIS CELERIDADE

Foto: Divulgação

República, Rodrigo Janot, cita algumas iniciativas estruturais que estão sendo desenvolvidas para dar apoio à implementação das medidas de combate à corrupção. “Além de profissionalizar e de treinar os membros nesta área de atuação, foi criada a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, que objetiva especificamente o combate à corrupção. Foram criados também, nas diversas unidades, os Núcleos de Combate à Corrupção. Isso é atuação direta do MPF de forma profissional e integrada na parte penal e na parte da improbidade administrativa. Nós apostamos na eficiência deste modelo”, afirma Janot.

CRÍTICAS AO PROJETO

Os pontos polêmicos do PL 4850/16 foram debatidos em audiência pública da Comissão Especial que analisa o projeto de lei no dia 24 de agosto.

O texto prevê medidas que dividem opiniões de juristas, como o chamado teste de integridade para funcionários públicos – que consiste na simulação de oferta de propina para verificar se o trabalhador é honesto ou não. Outros temas polêmicos são a previsão da necessidade de o juiz ouvir o Ministério Público antes de conceder *habeas corpus* para réus, que

não estão presos, e o confisco de patrimônio do corrupto mesmo quando não existem provas de que aquele bem é fruto de corrupção.

As proposições têm sido questionadas por juízes e advogados nas audiências públicas, que argumentam que as restrições à concessão de *habeas corpus*, o teste de integridade e a validação de provas ilícitas em determinadas situações ferem as garantias individuais previstas na Constituição Federal.

Já o Ministério Público argumenta que os dispositivos previnem a ocorrência de crimes e agilizam as decisões judiciais.



Foto: Anfip

PRESIDENTE DA ANFIP, VILSON ROMERO, DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA A MATÉRIA

MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1) Investimento na prevenção à corrupção
- 2) Criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos
- 3) Punição adequada da corrupção, transformando aquela de altos valores em crime hediondo
- 4) Aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal
- 5) Aumento da eficiência das ações de improbidade administrativa
- 6) Ajustes na prescrição penal contra a impunidade e a corrupção
- 7) Ajustes nas nulidades penais contra a impunidade e a corrupção
- 8) Responsabilização objetiva de partidos e criminalização do “caixa 2” e lavagem eleitorais
- 9) Prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado
- 10) Medidas para recuperar o lucro do crime

Relatório feito com apoio de Auditores pede ao MPF

353 INDICIAMENTOS

Foto: Divulgação / Câmara de Deputados



INVESTIGAÇÃO ABRANGE APLICAÇÕES FINANCEIRAS FEITAS PELOS QUATRO MAIORES FUNDOS DE PENSÃO DO PAÍS - PREVI, FUNCEF, PETROS E POSTALIS - ENTRE 2003 E 2015 E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS DE APROXIMADAMENTE R\$ 6,2 BILHÕES

Investigações conduzidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados em agosto do ano passado com o objetivo de investigar indícios de ingerência na aplicação de recursos e manipulação na gestão dos quatro maiores fundos de Previdência Complementar do País – Funcef, Petros, Previ e Postalís – indicam que, entre os anos de 2003 e 2015, aplicações financeiras realizadas por dirigentes dessas Fundações implicaram em um prejuízo estimado da ordem de R\$ 6,62 bilhões aos beneficiários desses fundos – funcionários e servidores públicos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, Petrobras, Banco do Brasil e dos Correios, respectivamente.

De acordo com a apuração conduzida pelo relator da Comissão, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), a CPI constatou 15 investimentos responsáveis por déficits consecutivos aos cofres dessas Fundações. As informações foram levantadas por meio da realização de oitivas, quebras de sigilo bancário e fiscal de investigados e compartilhamento de informações e documentos com órgãos de fiscalização, supervisão e controle como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Tais aplicações financeiras foram feitas, conforme conclusão sobre os casos apurados, em setores que “já estavam fadados a perdas financeiras”, explica o relator. “Nós chegamos ao final desta CPI com a seguinte conclusão: de que haveria sim um aparato político dentro dos fundos de pensão, uma influência externa que dizia quais seriam os investimentos que alguns fundos de pensão deveriam fazer, sendo que grande parte deles já estavam com perdas anunciadas, como no caso do BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria)”, explica o deputado. De acordo com o relatório final, o banco em questão recebeu aplicações financeiras do Postalís e, em um breve período após a realização dos investimentos, declarou falência, gerando um prejuízo estimado em R\$ 50 milhões ao fundo.

Para reverter este déficit na Justiça e tentar reaver os valores perdidos ao Postalís, considerado o caso mais grave entre os fundos de pensão

investigados em decorrência do déficit de R\$ 5,6 bilhões, valor superior aos ativos do fundo (em torno de R\$ 5 bilhões), o relatório encaminha a denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) para que “promova as medidas cabíveis no intuito de apurar a conduta de cada um dos dirigentes estatutários envolvidos, bem como das pessoas e agentes privados referidos no caso investigado”. O objetivo é que ao final de todo o processo de investigação “seja proposta a demanda judicial para responsabilizar os efetivos responsáveis pelos prejuízos causados”.

Outra apuração feita pela CPI, entre os 15 casos que apresentam indícios de má gestão e manipulação de aplicações conforme as conclusões do colegiado, é o caso relacionado à empresa Sete Brasil, que causou, segundo as investigações, prejuízos individuais de mais de R\$ 1,10 bilhão à Funcef e à Petros.

“Neste caso nós constatamos que o governo exerceu a sua influência naquele momento sugerindo aos fundos de pensão que seria um ótimo investimento a construção das sondas na Sete Brasil. Os fundos de pensão investiram ali valores em torno de R\$ 3 a R\$ 4 bilhões, montante que hoje é quase todo provisionado como perdas. Então foram vários pontos específicos que nós verificamos que houve fraude ou intenção de fraudar, causando prejuízos próximos à casa dos R\$ 7 bilhões”, relata Souza.

Com relação aos investimentos feitos pela Previ na Sete Brasil, que causaram prejuízo, segundo o relatório, de mais de R\$ 143 milhões, Sérgio Souza afirma que, diante da limitação de tempo que dispunha a CPI para desenvolver suas investigações, “não constatamos, por hora, elementos concretos que pudessem imputar culpa ou dolo na análise e aprovação inicial ou mesmo da reestruturação do investimento na Sete Brasil por parte da Previ”.

Outro caso expressivo citado no relatório da CPI diz respeito aos investimentos feitos pela Funcef no FIP OAS Empreendimentos, uma das empresas investigadas também na Operação Lava Jato por assumir obras inacabadas da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) em 2004, período em que o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso na Lava Jato, dirigiu a entidade.

Uma dessas obras seria a do Edifício Solaris, onde fica o triplex cuja propriedade é atribuída ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Guarujá (SP). Esses investimentos teriam causado prejuízos da ordem de R\$ 200 milhões em valores não atualizados.

“O juiz Sérgio Moro foi um grande parceiro da CPI e compartilhou muitas informações que nos auxiliaram em nossas investigações”, disse o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR).

RELATÓRIO É FRUTO DA INTEGRAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Para sanar dúvidas técnicas e jurídicas decorrentes do processo investigativo, foi composta uma Comitativa formada por servidores de diversos órgãos fiscalizadores que atuam nos âmbitos jurídico, cível e administrativo, entre eles Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB) lotados na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão de supervisão e fiscalização que tem como objeto a previdência complementar.

“A partir da análise das denúncias veiculadas nos diversos meios de comunicação do País, nós iniciamos as investigações e montamos uma Comitativa dentro da CPI com a participação de dezenas de parlamentares, agentes técnicos de órgãos e instituições como a Polícia Federal (PF), Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Previc, do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros,

como os técnicos e assessores legislativos da Câmara dos Deputados”, explica Sérgio Souza, ressaltando que não foram apurados todos os investimentos feitos pelos fundos de pensão investigados, mas apenas aqueles referentes aos deficits consecutivos registrados nos últimos anos.

O parlamentar informa que o relatório da CPI propõe alguns encaminhamentos. “Os pedidos de indiciamento significam que nós remetemos as denúncias ao Ministério Público para que este órgão adote as devidas ações civis e criminais com relação aos indiciados, sejam empresas ou pessoas físicas”. Destaca ainda que os membros da CPI indicam no relatório aprovado valores e também o momento em que os dirigentes dos fundos de pensão investigados se envolveram na ilegalidade, assim como os dispositivos legais que foram infringidos.

“Além disso, nós fizemos algumas recomendações a órgãos como a CVM, o TCU e ao próprio governo. Uma delas é um projeto de lei que determine a mudança do regime jurídico da Previc, alterando aquilo que nós entendemos ser necessário para a segurança dos investimentos”, argumenta o relator, concluindo: “Acreditamos que a prevenção de novos deficits provocados por aplicação incorreta e má gestão passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos processos decisórios de governança das entidades fechadas, bem como pela possibilidade de livre compartilhamento de informações entre os órgãos responsáveis pela apuração de infrações”.

O relatório é assinado pelo presidente da CPI, deputado Efraim Filho (DEM-PB). Para ele, o documento “deixará um legado de uma investigação bem feita, com mais de 300 quebras de sigilo bancário e modernização de leis”.

PREVIC AUTUA ADMINISTRATIVAMENTE GESTORES DOS FUNDOS DEFICITÁRIOS

Paralelamente às investigações relacionadas à má gestão, a Previc realizou, no âmbito administrativo, autuações de gestores dos quatro fundos de pensão investigados, comunicando a sua decisão aos demais órgãos fiscalizadores responsáveis como o Banco Central e o MPF.

Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



DEPUTADO SÉRGIO SOUZA (PMDB-PR), RELATOR DA CPI

“Existem três tipos de responsabilidades: administrativa, civil e penal. E a Previc atua no campo da responsabilidade administrativa. É um órgão de supervisão do Poder Executivo, atua na fiscalização dos investimentos feitos pelos fundos de pensão e o nosso limite em relação à punição de possíveis envolvidos em casos delituosos é a punição administrativa. Nos casos investigados pela CPI, o próprio relatório final traz em seu bojo as ações que a Previc adotou para cada uma daquelas 15 situações elencadas”, argumenta o diretor de Fiscalização, Sérgio Djundi Taniguchi.

Ele explica que a Previc possui um quadro funcional de aproximadamente 100 Auditores Fiscais, “o que equivale a 1/3 da força de trabalho da Previc e a cerca de 75% do quadro mais técnico da autarquia”, e afirma que a participação nos trabalhos de identificação de práticas ilícitas relacionadas à má gestão e a autuação dos dirigentes dos fundos de pensão envolvidos em casos de ingerência têm sido feitas, via de regra, pelos Auditores Fiscais.

“No caso do Postalis são mais de 40 autuações, do ponto de supervisão da Previc, aplicação de multas e inabilitação dos seus dirigentes. As demais responsabilidades, civil e penal, a Previc representou aos órgãos competentes as situações que nós identificamos como problemáticas ou irregulares para que fossem tomadas as devidas providências”.

O diretor lembra que os trabalhos de fiscalização, notificação e autuação feitos pela Superintendência no campo administrativo muitas vezes servem como embasamento técnico para a apresentação de denúncias ao MPF e posterior instauração de inquérito investigativo na PF. “Recentemente, em uma ação da PF com o MPF houve, inclusive, a prisão de um ex-dirigente do Postalis, por meio da Operação Recomeço. Neste caso específico, a Previc já havia identificado e atuado os responsáveis. Do ponto de vista administrativo já havia feito a punição desses dirigentes e também a representação para o Ministério Público. Ou seja, antes da operação policial, nós havíamos identificado esta situação do ponto de vista administrativo e já havíamos feito representações ao MPF sobre aquele

assunto, para a adoção das devidas medidas penais”.

Em termos de cooperação investigativa, Taniguchi informa que a Previc possui um convênio com a CVM e com o Banco Central e tem atuado cada vez mais próxima da PF, do MPF, do Ministério de Fiscalização, Transparência e Controle (antiga Controladoria-Geral da União), da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). “Nós temos atuado de maneira bastante cooperativa com outros órgãos de supervisão, seja do Poder Executivo ou o MPF. Hoje nós temos constituída uma Força-Tarefa do MPF, da qual a Previc participa cedendo dois Auditores Fiscais indicados para atuar nas investigações. Em relação à CPI, designamos servidores para atuar junto à Comissão, para colaborar com os trabalhos do colegiado de parlamentares desde o seu início, auxiliando na realização dos trabalhos técnicos”.

Por fim, o diretor de Fiscalização da Previc reitera que o trabalho feito pela autarquia é uma atividade privativa dos Auditores Fiscais. “A nossa participação na CPI se deu por meio dos Auditores Fiscais, auxiliando os trabalhos, fornecendo informações e contribuindo de fato com processo investigativo da CPI. O próprio relatório final cita os trabalhos feitos pela Previc e pelos Auditores Fiscais”, destaca, informando que a Previc cedeu dois servidores da área para realizar um trabalho conjunto com a extinta CGU, e que a cooperação com a PF também tem se intensificado. “Via de regra, o MPF encaminha a denúncia para a abertura de inquérito pela PF. Posteriormente à abertura de inquérito, as informações têm sido compartilhadas com a PF. Então



DIRETORES DA PREVIC SERGIO TANIGUCHI (FISCALIZAÇÃO) E MAURÍCIO NAKATA (ASSUNTOS ATUARIAIS CONTÁBEIS E ECONÔMICOS), PRESENTES À AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Wilson Dias/Agência Brasil

a atuação junto à PF também tem sido intensa nesse período em função desses aspectos relacionados à má gestão e a irregularidades nos fundos de pensão”.

CONSTATADO DEFICIT TÉCNICO DE R\$ 77,8 BILHÕES EM 2015

Além das denúncias apuradas pela CPI com relação aos casos de ingerência na gestão dos quatro fundos de pensão, o cenário econômico desfavorável registrado entre os anos de 2014 e 2015 ocasionou, por conta do aumento da inflação e consequente desvalorização dos títulos públicos, o aumento da taxa atuarial dos fundos de pensão, composta pelo orçamento em caixa das fundações acrescido de 5% mais o índice de inflação registrado no ano em questão, que em 2015 foi de cerca de 10%.

“Então quando nós falamos sobre os deficits técnicos nos fundos de pensão, R\$ 77 bilhões é a diferença entre o que essas caixas deveriam ter e não têm. Não quer dizer que este deficit técnico seja resultado de má gestão. Na verdade, quando você olha os provisionamentos feitos no período, eles são perdas reconhecidas pelos fundos de pensão em função de não-pagamentos, de uma série de coisas. Esses valores são absolutamente inferiores aos R\$ 77 bilhões. Este valor, quando você olha um sistema que tem uma meta atuarial por volta de 15%, que os títulos públicos estão pagando 14,25%, a Bolsa de Valores BMF Ibovespa teve um resultado neutro no ano, sendo que as aplicações financeiras feitas pelos fundos de pensão são compostas aproximadamente por 50% de títulos públicos, significa que essa parte não conseguiu atingir a meta atuarial. Obviamente que, conforme a inflação seja controlada, venha a cair e tenha uma convergência para o centro da meta, que foi fixado em 4,1%, aí sim a meta atuarial seria de 9,5% e os títulos públicos registrariam superavit”, explica Sérgio Taniguchi.

De acordo com ele, todos os quatro fundos investigados passaram a apresentar deficits técnicos somente no período que compreende os últimos cinco anos. “Na Previ, nós estamos discutindo o deficit técnico apenas de 2015. Nos anos anteriores este fundo apresentava superavit. O da Funcef há

três anos apresenta deficit. O da Petros é o terceiro ano também. Isso varia de acordo com cada plano. Por outro lado, o resultado dos investimentos no primeiro trimestre deste ano foi bastante positivo para os fundos de pensão. E tem planos que nós estamos discutindo superavit”, avalia.

A Funcef informa que no exercício de 2015, o deficit consolidado de todos os planos de benefícios administrados foi de R\$ 8 bilhões, totalizando um deficit de R\$ 12,4 bilhões ao final do ano por conta do deficit acumulado em 2014, e que “apesar da crise econômica, a Funcef conseguiu manter seu patrimônio nominal, inclusive com ligeira elevação, passando de R\$ 54,2 bilhões para R\$ 54,3 bilhões em 2015”.

“Com relação ao deficit atuarial a ser coberto, nos termos da legislação vigente aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a Funcef elaborou Plano de Equacionamento relativo aos resultados do exercício de 2014 do Plano de Benefícios Replan, Modalidade Saldada Replan-Saldado, único que precisará implementar Plano de Equacionamento em 2016 e afetará 57.396 participantes, sendo 22.948 ativos e 34.448 aposentados e pensionistas”, conforme estimativas de janeiro de 2016.

A entidade destaca que os quase 80 mil participantes ativos, aposentados e pensionistas dos demais planos de benefícios “não serão afetados pelo plano de equacionamento a ser implementado em 2016, que será 50% de responsabilidade da Patrocinadora Caixa e 50% dos participantes e assistidos”.

Já a Previ informou que “no que tange ao resultado em 2015, destacamos que a apuração do resultado deficitário, ao fim do ano passado, se deu em função da conjuntura econômica (principalmente a variação da Bolsa) e também que a Previ não registrou perdas, pois não se desfez de ativos no período, já que seus investimentos são de longo prazo”.

PROJETOS DE LEI PROPÕEM ALTERAÇÕES NA GESTÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO

Tramitam na Câmara dos Deputados dois projetos de lei complementar (PLP 268/2016 e PLP 84/2015) que visam alterar as regras de composição e de gestão dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e da Diretoria Execu-

tiva dos fundos de pensão. A primeira proposta, apresentada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), altera as normas de composição desses fundos, instituindo a proporção de dois representantes dos beneficiários, dois das empresas patrocinadoras e dois profissionais do mercado na composição dos Conselhos e Diretoria Executiva. A segunda, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) e do deputado Chico D'Angelo (PT-RJ), a partir de proposta construída pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), alterna a gestão dos fundos entre representantes das patrocinadoras e dos beneficiários.

“O modelo de previdência complementar adotado no Brasil é um dos mais avançados do mundo e enfrenta, desde sua origem, uma disputa de espaço com bancos e seguradoras. Se aprovada, a futura lei retira dos participantes a garantia de paridade com o seu patrocinador nos Conselhos Deliberativo e Fiscal dos fundos de pensão constituídos por empresas públicas, essa importante conquista do direito de

eleger seus representantes para fiscalizar e participar da gestão de seu patrimônio. Essas propostas, dentre outras incluídas no PLP, representam um inaceitável retrocesso para o sistema de previdência complementar”, critica o presidente da Anapar, Antonio Braulio de Carvalho.

Com relação ao PLP 84/2015, o presidente da Anapar afirma que “com a iniciativa do Senado de enviar para a Câmara o projeto de alteração da Lei 108/2001, o PLP 84/2015 sai do radar e entra em foco a tentativa de elaboração de um substitutivo que possa evitar o brutal retrocesso que se tenta impor aos participantes de fundos de pensão”.

“A Anapar, em conjunto com uma série de entidades de representação dos trabalhadores, tenta recolocar as principais reivindicações do segmento, por meio de emendas parlamentares e destaque de votos em separado, que são a paridade em todos os níveis de gestão, o fim do voto de qualidade e mecanismos de controles mais eficientes”.

OPERAÇÃO GREENFIELD INVESTIGA OPERAÇÕES ILÍCITAS

A devassa nas aplicações financeiras dos fundos de pensão ganhou novo capítulo no início de setembro, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Greenfield, investigando um esquema de fraudes e superfaturamento nos principais fundos de pensão do país que podem ter causado prejuízos superiores a R\$ 8 bilhões, segundo o Ministério Público Federal (MPF) e a 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília. Petros, Previ, Funcef e Postalis são suspeitas de fazer investimentos ilícitos em troca do pagamento de propinas a gestores e a políticos, segundo as investigações.

A Justiça impôs sete medidas cautelares a 40 investigados, que terão de se afastar dos fundos, de empresas e dos mercados financeiros e de capitais. Ao todo, 38 pessoas jurídicas e 74 pessoas físicas foram alvos de ações de busca e apreensão.

A operação foi ancorada em dez casos revelados a partir da análise contábil e fiscal de deficits bilionários apresentados pelos fundos. Os investigadores listam oito Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), além de um prejuízo sofrido pela Funcef na alienação

de salas comerciais. Citam também o “caso Invepar”, em que os fundos de pensão investiram na concessionária de infraestrutura por meio de aquisição direta de participação acionária.

A investigação aponta que as aquisições de cotas desses fundos de investimento em participações foram precedidas de “avaliações econômico-financeiras irreais e tecnicamente irregulares”, com o objetivo de “superestimar o valor dos ativos da empresa” - ampliando de forma artificial a quantia total que o fundo de pensão precisa pagar para adquirir uma participação acionária indireta.

Segundo os investigadores, o número expressivo de alvos foi planejado para evitar destruição de provas e versões combinadas entre os investigados. Por isso, o tamanho da operação foi grande - 560 policiais federais, oito Auditores Fiscais da Previc, 12 inspetores e quatro procuradores federais da CVM e sete procuradores da República cumpriram 147 mandados judiciais, sendo 106 de busca e apreensão, 34 de condução coercitiva e 5 de prisão temporária em 9 Estados e no DF.

Recessão provoca queda de 7%

A retração econômica provocou a queda de 7,33% na arrecadação federal nos cinco primeiros meses do ano. Ainda assim, os dados comprovam a importância do trabalho de arrecadação e fiscalização feito pelos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e pela estrutura da Secretaria da RFB para assegurar os recursos necessários aos programas sociais desenvolvidos no Brasil.

A análise da arrecadação das receitas federais no mês de junho de 2016, divulgada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da RFB, mostra uma arrecadação total no valor de R\$ 98,12 bilhões, com queda de 7,14% (IPCA) em relação a junho de 2015. No período acumulado de janeiro a junho de 2016, a arrecadação total atingiu R\$ 617,25 bilhões, com redução real de 7,33% (IPCA) em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em junho de 2016 foi de R\$ 96,29 bilhões, total 7,11% menor do que o arrecadado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado até junho de 2016, o valor arrecadado atingiu R\$ 606,13 bilhões, com queda de 6,75% em relação ao mesmo período de 2015.

Segundo o Centro de Estudos, a queda da arrecadação decorreu, fundamentalmente, do desempenho da economia, evidenciado pelo comportamento dos principais indicadores

macroeconômicos que afetam diretamente a arrecadação dos diversos tributos.

No período de janeiro a junho de 2016 os tributos que tiveram maior participação no total das receitas arrecadadas foram as contribuições previdenciárias próprias e de outras entidades ou fundos (com uma participação de 29,38%), o Imposto sobre a Renda Total, envolvendo IR Pessoa Física, IR Pessoa Jurídica e IR Retido na Fonte (com uma participação de 28,35%) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (16,44%). Juntos, esses tributos somaram R\$ 466 bilhões, representando 74,39% do total da arrecadação das receitas federais.

A Receita Previdenciária respondeu por R\$ 184,02 bilhões, no período de janeiro a junho de 2016, com queda de 5,06% em relação ao mesmo período de 2015, motivadas pela desoneração da folha de pagamento (em especial as instituídas pelas Leis 12.715/2012, 12.794/2013 e 12.844/2013), a elevação das alíquotas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (Lei 13.161/2015) e pela redução na massa salarial dos trabalhadores no País, que foi de 4,70%.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que no período de janeiro a junho de 2016, arrecadaram o valor de R\$ 103,59 bilhões, tiveram queda de 5,92% em relação a

TABELA I-A
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: MAIO E JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015
(A PREÇOS DE JUNHO/2016 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2016		2015	VARIÇÃO (%)	
	JUNHO	MAIO	JUNHO	JUN/16 MAI/16	JUN/16 JUN/15
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	2.505	2.586	3.456	(3,10)	(27,51)
I.P.I-TOTAL	3.394	4.094	4.252	(17,09)	(20,18)
I.P.I-FUMO	151	980	480	(84,57)	(68,50)
I.P.I-BEBIDAS	223	220	178	1,24	25,43
I.P.I-AUTOMÓVEIS	271	253	324	7,08	(16,21)
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.088	1.082	1.561	0,54	(30,31)
I.P.I-OUTROS	1.661	1.559	1.710	6,57	(2,87)
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	28.181	23.387	29.187	20,50	(3,45)
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	2.462	2.934	2.904	(16,09)	(15,22)
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	6.072	6.806	6.673	(10,79)	(9,01)
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.077	1.598	1.206	(32,59)	(10,68)
DEMAIS EMPRESAS	4.995	5.209	5.468	(4,10)	(8,64)
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	19.647	13.648	19.610	43,96	0,19
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	7.462	7.833	7.562	(4,74)	(1,32)
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	9.596	3.370	8.939	184,72	7,35
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	1.782	1.675	2.267	6,37	(21,40)
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	808	769	843	5,03	(4,11)
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.729	2.791	3.419	(2,20)	(20,17)
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	16	21	17	(20,05)	(4,64)
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	16.374	16.863	17.864	(2,90)	(8,34)
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.571	1.843	1.214	(14,79)	29,42
DEMAIS EMPRESAS	14.803	15.019	16.650	(1,44)	(11,10)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4.403	4.417	4.832	(0,31)	(8,86)
ENTIDADES FINANCEIRAS	258	303	204	(14,91)	26,50
DEMAIS EMPRESAS	4.146	4.114	4.628	0,76	(10,42)
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	3.495	4.119	3.678	(15,15)	(4,98)
ENTIDADES FINANCEIRAS	637	1.202	615	(46,97)	3,63
DEMAIS EMPRESAS	2.858	2.917	3.063	(2,03)	(6,71)
CIDE-COMBUSTÍVEIS	470	488	515	(3,73)	(8,74)
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	2.222	2.388	2.471	(6,97)	(10,07)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.975	1.724	2.454	14,58	(19,52)
SUBTOTAL [A]	65.766	62.878	72.146	4,59	(8,84)
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	30.525	30.473	31.516	0,17	(3,14)
PRÓPRIA	27.583	27.423	28.343	0,58	(2,68)
DEMAIS	2.942	3.050	3.173	(3,56)	(7,29)
ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]	96.291	93.351	103.662	3,15	(7,11)
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	1.838	2.201	2.016	(16,49)	(8,82)
TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]	98.129	95.552	105.677	2,70	(7,14)

2015. Esse resultado deveu-se, principalmente:
a) arrecadação extraordinária de cerca de R\$ 3,5 bilhões, em fevereiro de 2015, motivada pela transferência de ativos entre empresas;

b) redução de 12,97% na arrecadação do Lucro Presumido em razão da queda do faturamento das empresas; **c)** redução de 10,67% na arrecadação referente à Declaração

TABELA II-A
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO A JUNHO - 2016/2015
(A PREÇOS DE JUNHO/2016 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2016 [A]	2015 [B]	VAR. (%) [A]/[B]	PARTICIPAÇÃO (%)	
				2016	2015
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	16.150	21.690	(25,54)	2,58	3,21
I.P.I-TOTAL	22.390	27.482	(18,53)	3,57	4,07
I.P.I-FUMO	3.186	3.245	(1,80)	0,51	0,48
I.P.I-BEBIDAS	1.237	1.605	(22,96)	0,20	0,24
I.P.I-AUTOMÓVEIS	1.470	2.299	(36,06)	0,23	0,34
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	6.871	9.307	(26,18)	1,10	1,38
I.P.I-OUTROS	9.627	11.026	(12,69)	1,54	1,63
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	179.007	189.841	(5,71)	28,57	28,08
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	17.348	18.391	(5,67)	2,77	2,72
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	65.609	71.611	(8,38)	10,47	10,59
ENTIDADES FINANCEIRAS	15.543	12.913	20,37	2,48	1,91
DEMAIS EMPRESAS	50.065	58.698	(14,71)	7,99	8,68
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	96.050	99.839	(3,79)	15,33	14,77
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	50.575	53.256	(5,03)	8,07	7,88
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	28.715	26.992	6,38	4,58	3,99
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	11.637	13.434	(13,37)	1,86	1,99
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	5.123	6.157	(16,80)	0,82	0,91
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	17.018	18.795	(9,46)	2,72	2,78
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	114	116	(2,28)	0,02	0,02
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	102.967	110.436	(6,76)	16,44	16,34
ENTIDADES FINANCEIRAS	9.577	7.348	30,33	1,53	1,09
DEMAIS EMPRESAS	93.389	103.088	(9,41)	14,91	15,25
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	27.679	29.966	(7,63)	4,42	4,43
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.476	1.203	22,66	0,24	0,18
DEMAIS EMPRESAS	26.203	28.763	(8,90)	4,18	4,25
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	37.981	38.495	(1,33)	6,06	5,69
ENTIDADES FINANCEIRAS	11.125	8.097	37,40	1,78	1,20
DEMAIS EMPRESAS	26.857	30.398	(11,65)	4,29	4,50
CIDE-COMBUSTÍVEIS	2.893	566	411,41	0,46	0,08
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	13.835	15.164	(8,76)	2,21	2,24
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	11.108	13.337	(16,72)	1,77	1,97
SUBTOTAL [A]	431.142	465.888	(7,46)	68,82	68,92
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	184.029	193.835	(5,06)	29,38	28,67
PRÓPRIA	163.388	171.568	(4,77)	26,08	25,38
DEMAIS	20.641	22.267	(7,30)	3,29	3,29
ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]	615.171	659.724	(6,75)	98,20	97,59
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	11.291	16.283	(30,65)	1,80	2,41
TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]	626.462	676.006	(7,33)	100,00	100,00

de Ajuste/2015 e **d**) utilização do balanço de suspensão/redução por algumas empresas do setor financeiro durante o ano de 2015.

A Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (Cofins) e contribuições para o PIS/Pasep responderam por R\$ 130,64 bilhões, com queda de 6,95% em relação ao mesmo período de 2015.

FISCALIZAÇÃO



Mais de R\$ 58 bilhões lançados

A Subsecretaria de Fiscalização (Sufis) divulgou o resultado dos procedimentos fiscais realizados no primeiro semestre de 2016 pelos Auditores Fiscais, num total de R\$ 58,74 bilhões de créditos tributários lançados. No mesmo período de 2015, a fiscalização lançou créditos tributários no valor total de R\$ 76,17 bilhões, resultado esse que, comparado ao ano em curso, significou uma redução de 22,9%, ou R\$ 17,43 bilhões a menos em lançamentos de créditos tributários.

De acordo com a Subsecretaria, a queda dos lançamentos de vários tributos, incluindo as contribuições previdenciárias, comparando o primeiro semestre de 2015 com o primeiro semestre de 2016, ocorreu por conta do movimento de reivindicação dos Auditores Fiscais, de janeiro até abril.

No primeiro semestre de 2016 foram fiscalizadas e autuadas 2.815 empresas em todos os estados, atingindo o total de R\$ 52,22 bilhões de crédito tributário. Além disso, os lançamentos

de multas e revisões de declarações de pessoas jurídicas contribuíram para que fosse atingido o valor total de R\$ 53,91 bilhões de crédito tributário.

Quanto ao resultado dos procedimentos fiscais nas pessoas físicas, foram fiscalizados e autuados 1.842 contribuintes, num valor de R\$ 4,27 bilhões de crédito tributário. Com lançamentos de multa e revisões de declarações de pessoas físicas, atingiu-se o total de R\$ 4,83 bilhões.

As espécies tributárias Imposto de Renda Pessoa Jurídica (R\$ 24,34 bilhões - 43,1%), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 9,68 bilhões - 17,1%), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (R\$ 7,23 bilhões - 12,8%), Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ 4,01 bilhões - 7,1%), Contribuições Previdenciárias (R\$ 3,15 bilhões - 5,6%) e Imposto de Renda Pessoa Física (R\$ 2,36 bilhões - 4,2%), representaram 90% dos créditos tributários lançados pelos Auditores Fiscais no primeiro semestre de 2016.

Fiscalização e seus créditos por segmento econômico, comparados ao ano anterior no mês de junho

Nº	Descrição	2015		2016		% Crédito		Crescimento de 2015 a 2016	
		Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)	2015	2016	Qtd	Crédito (R\$)
Pessoa Jurídica - Setor Econômico									
1	Comércio	658	11.308.567.759	639	5.003.507.278	15,3%	9,3%	-2,9%	-55,8%
2	Prestação de serviços	736	10.182.326.256	671	6.572.742.091	13,8%	12,2%	-8,8%	-35,4%
3	Indústria	860	19.718.145.186	820	20.250.733.479	26,6%	37,6%	-4,7%	2,7%
4	Transporte e serviços relacionados	185	918.340.753	150	997.654.969	1,2%	1,9%	-18,9%	8,6%
5	Construção civil	182	1.650.924.971	137	7.047.335.057	2,2%	13,1%	-24,7%	326,9%
6	Serviços de comunicação, energia e água	32	790.265.792	33	1.446.718.933	1,1%	2,7%	3,1%	83,1%
7	Serviços financeiros	92	16.507.482.292	60	7.619.794.077	22,3%	14,1%	-34,8%	-53,8%
8	Sociedades de Participação	50	9.331.030.216	42	1.678.600.416	12,6%	3,1%	-16,0%	-82,0%
9	Outros setores	333	1.774.002.305	263	1.610.798.313	2,4%	3,0%	-21,0%	-9,2%
Total Fiscalização Pessoa Jurídica		3.128	72.181.085.530	2.815	52.227.884.613	97,5%	96,9%	-10,0%	-27,6%
Lançamento de Multa PJ		90	5.556.890	66	85.542.305	0,0%	0,2%	-26,7%	1439,4%
Total Revisão de Declarações PJ		2.118	1.832.085.924	1.775	1.600.584.035	2,5%	3,0%	-16,2%	-12,6%
Total Geral Pessoa Jurídica		5.336	74.018.728.344	4.656	53.914.010.953	100,0%	100,0%	-12,7%	-27,2%

Pessoa Física - Setor Econômico									
		Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)	2015	2016	Qtd	Crédito (R\$)
1	Proprietário e Dirigente de empresa	512	529.748.957	443	1.097.004.052	24,5%	22,7%	-13,5%	107,1%
2	Funcionário público e Aposentado	183	200.696.105	156	242.195.866	9,3%	5,0%	-14,8%	20,7%
3	Profissional liberal	567	128.431.156	389	142.937.332	5,9%	3,0%	-31,4%	11,3%
4	Profissional de ensino e Técnico de outra natureza	344	50.677.207	211	45.819.380	2,3%	0,9%	-38,7%	-9,6%
5	Autônomo	100	238.273.312	75	58.289.292	11,0%	1,2%	-25,0%	-75,5%
6	Outros	873	457.079.833	568	2.687.043.721	21,2%	55,6%	-34,9%	487,9%
Total Fiscalização Pessoa Física		2.579	1.604.906.570	1.842	4.273.289.643	74,4%	88,4%	-28,6%	166,3%
Lançamento de Multa		33	150.007	54	495.113	0,0%	0,0%	63,6%	230,1%
Revisão de Declarações PF (1)		160.152	553.463.420	168.852	558.386.501	25,6%	11,6%	5,4%	0,9%
Total Geral Pessoa Física		162.764	2.158.519.997	170.748	4.832.171.257	100,0%	100,0%	4,9%	123,9%

Total Geral: PJ + PF	168.100	76.177.248.341	175.404	58.746.182.210				4,3%	-22,9%
-----------------------------	----------------	-----------------------	----------------	-----------------------	--	--	--	-------------	---------------

Um novo olhar sobre o mundo

OS ADEPTOS DO VEGANISMO ULTRAPASSAM
AS BARREIRAS DA ALIMENTAÇÃO SEM
CARNE E DERIVADOS E ADEREM A UMA
FILOSOFIA BASEADA NO RESPEITO À VIDA

O mercado de consumo vivencia constantes mudanças a todo o momento. Mudanças que, em grande parte dos casos, estão relacionadas à escolha de opções sustentáveis, moralmente responsáveis com a temática da conservação e manutenção da vida e do meio ambiente. Superando as fronteiras do consumismo, a ideologia defendida pelo Veganismo – corrente social criada em 1944 pelo inglês Donald Watson – estabelece princípios pelos quais o ser humano viva sem a necessidade de explorar os animais, buscando e implementando práticas que objetivam o fim do uso de animais para alimentação, trabalho, entretenimento, apropriação, caça, testes físicos, químicos e biológicos, vivissecação, entre outros fins que atendam aos interesses dos seres humanos.

Oriunda de uma ramificação radical do Vegetarianismo, a terminologia Veganismo surge da junção das três primeiras e das seis últimas letras da ideologia anterior. Desta forma, os seus adeptos são chamados veganos (veganos, em feminino), e nas palavras do criador desta ideologia, o Veganismo constitui “o início e o fim do vegetariano”, pois se inicia com a ideia de adotar restrições alimentares de origem animal até atingir o seu objetivo final e mais amplo, que é o fim da exploração dos seres sencientes (aqueles capazes de sofrer ou de sentir prazer ou felicidade).

Além das restrições alimentares, os integrantes desta comunidade internacional zelam pela preservação da liberdade e da integridade animal, partindo do princípio da expansão de direitos para os chamados “seres não humanos”. O entendimento é que a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Animais pela Unesco, em janeiro de 1978, contém características condenadas pelos defensores de direitos animais, como o artigo 9º, que em sua redação afirma que “animais destinados ao abate devem sê-lo sem sofrer ansiedade nem dor”.

Na opinião dos seguidores do Veganismo, tal redação ratifica a possibilidade de violação de um direito básico – o direito à integridade física – para fins humanos. “As pessoas se sentem no direito de explorar os outros animais por se considerarem superiores.

Matamos os outros animais sem considerar que eles também querem continuar vivos. Por isso, o Veganismo também engloba o conceito de garantia de direitos a todos os seres vivos”, argumenta Bruno Pinheiro, coordenador nacional e um dos fundadores da Frente de Ações para Libertação Animal (Fala), criada em 2012 e que atualmente conta com mais de 4,5 mil ativistas por todo o País, entre vegetarianos, veganos e simpatizantes.

Em sua avaliação, Bruno afirma que a legislação brasileira é, de certa forma, avançada no que diz respeito aos direitos dos animais. O problema, segundo ele, estaria na formação cultural, na base dos costumes. “Nós temos o art.225 da Constituição Federal, que assegura o respeito aos animais. Também existe a Lei Federal de Crimes (Lei nº 9.605/98) que atribui, em seu art. 32, crime à exploração de animais. Mas é a sociedade que ainda precisa de ações de conscientização”, opina.

A Fala trabalha em prol da conscientização da sociedade sobre o respeito aos animais e desenvolve uma série de ações como palestras, debates, grupos de estudos e ações na rua em todo o Brasil.



Wilson Dias/Agência Brasil

BRUNO PINHEIRO, COORDENADOR NACIONAL DA FRENTE DE AÇÕES PARA LIBERTAÇÃO ANIMAL (FALA)

BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE

A diferença entre alimento natural, vegano, cruelty-free, vegetariano e orgânico pode gerar confusão para leigos no assunto. Afinal de contas, o que significa cada termo? A nutricionista Shila Hargreaves explica que o alimento natural não necessariamente é vegano, ele apenas não é processado.

Um exemplo é o mel, que é natural, mas não é vegano. Já o cruelty-free denota o produto livre de

crueza contra os animais na sua produção, não se restringindo a alimentos, princípio seguido pelos veganos. O vegetariano, por sua vez, elimina de sua alimentação qualquer tipo de carne, mas não exclui leite e derivados, ovos, nem produtos como roupas e cosméticos. A restrição gira em torno da alimentação. O orgânico, conforme a especialista, se refere ao alimento produzido sem uso de agrotóxicos.

“Podemos ter vegetais e frutas orgânicos, mas também ovos, leite, carne, frango, alimentos industrializados (como biscoitos, bolos), todos na versão orgânica, pois toda a produção foi feita sem o uso de agrotóxicos”, detalha a especialista, explicando que “vegano é o alimento (ou produto) que não tem nada de origem animal em sua composição”.

Para Shila, que é pós-graduada em Fitoterapia e Suplementação Nutricional Clínica Esportiva pela Universidade de Brasília (UnB), os maiores benefícios da alimentação vegana são proporcionados pelo aumento na ingestão de frutas, hortaliças, cereais integrais, leguminosas e oleaginosas, que são altamente nutritivos. Segundo ela, quando há o equilíbrio na alimentação e esta é feita de forma mais nutritiva, colabora para a redução do risco de doenças crônicas e o envelhecimento precoce, além de melhorar os níveis de energia e a qualidade do sono, proporciona aspectos positivos à pele, amenizando e equilibrando sintomas gastrointestinais.

Entre os fatores positivos estão a aceleração

do metabolismo, pois o adepto do Veganismo normalmente reduz a ingestão de proteínas e gordura, o que facilita a digestão, mas, ao mesmo tempo, aumenta o apetite. “Por isso, é importante garantir que os alimentos de origem animal sejam substituídos por fontes vegetais que também forneçam proteínas e gorduras boas, reduzindo o aumento excessivo da fome”, informa a nutricionista.

Por fim, Sheila aconselha que a mudança de hábitos alimentares seja feita de forma gradual, primeiro para vegetarianismo e no momento em que a pessoa se sentir confortável migrar para o Veganismo. Uma dica que a nutricionista dá é aprender a cozinhar usando a criatividade no preparo dos alimentos para não tornar a alimentação monótona e sacrificante. “Também é importante o acompanhamento nutricional neste período para que a nova dieta seja equilibrada e forneça todos os nutrientes necessários”.

A ALIMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS

De acordo com o Guia de Nutrição para Americanos de 2010, relatório emitido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (EUA) e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos Americano, uma dieta vegetariana está associada a baixos níveis de obesidade e risco reduzido de doenças cardiovasculares. O

- O dia 1º de novembro é marcado pelo Dia Mundial Vegano (“World Vegan Day”, em inglês), que é comemorado desde 1994, quando a Vegan Society da Inglaterra comemorou 50 anos de criação.
- Em 2004 o evento marcou o 60º aniversário da sociedade, e o 10º aniversário do feriado.
- A reivindicação do movimento Vegano é que os animais não sejam considerados propriedade ou “recursos naturais”, nem legalmente, nem moralmente justificáveis. Pelo contrário, devem ser respeitados assim como as pessoas.
- No Brasil, o dia 11 de setembro é reservado para a conscientização dos direitos, sendo comemorado o Dia dos Direitos dos Animais.
- De acordo com o site Vista-se, 70 bilhões de animais terrestres são mortos por ano para consumo humano.
- O site indica ainda que 181 animais são mortos por segundo e que 18% das emissões mundiais de gases que provocam efeito estufa são causados pela atividade pecuária.



estudo indica que pessoas que adotam dietas que incluem o consumo de alimentos de origem animal têm mostrado maiores probabilidades de desenvolvimento das doenças degenerativas, como a doença arterial coronariana e a diabetes.

Estudos feitos pela Associação Dietética Americana (The American Dietetic Association) e pelos Nutricionistas do Canadá (Dietitians of Canada) indicam que as dietas que evitam o consumo de carne tendem a apresentar baixos níveis de gorduras saturadas, colesterol e proteína animal e a concentrar maiores níveis de carboidratos, fibras, magnésio, potássio, ácido fólico e antioxidantes como as vitaminas C e E, além de fitoquímicos. Em função disso, pessoas que evitam a ingestão de carne e outros produtos de origem animal têm reportado baixos índices de massa e gordura corporal, de mortes por doenças isquêmicas do coração, de colesterol no sangue, baixa pressão sanguínea e baixos índices de hipertensão, diabetes tipo 2, câncer de próstata e de colo de útero.

Já uma meta-análise de 1999 de cinco estudos comparando os índices de mortalidade de vegetarianos e não-vegetarianos em Países do leste descobriu que a mortalidade por doenças isquêmicas do coração era 26% menor entre veganos comparado com a maioria dos não vegetarianos. Extensa pesquisa realizada durante 15 anos no Reino Unido investigou a associação da dieta vegana ao risco de catarata relacionada à idade e descobriu que pessoas adeptas ao Veganismo apresentam risco 40% menor de desenvolver catarata se comparadas às pessoas que ingerem altas quantidades de carne e alimentos de origem animal.

PRODUZIR COM CONSCIÊNCIA

No centro de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, a agricultora urbana agroecológica Vanessa Dancinger, adepta ao Veganismo há quatro anos, cultiva seus produtos in natura. Entre os produtos cultivados estão inhame, figo, mamão, uva, hortaliças, pancs (plantas alimentícias não-convencionais), fitoterápicos processados (bolo, pães, doces, empadão, quiche) sem açúcar refinado, glúten,

lactose e conservantes. Para o cultivo, ela substituiu o tradicional esterco utilizado na produção pela tecnologia de compostagem vegetal, desenvolvida pelo pesquisador Marco Antonio de Almeida, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia), técnica aprendida em um curso oferecido pela escola da entidade.

O método utiliza 100% de material oriundo de vegetais, o que, segundo o pesquisador, seria coerente com a filosofia vegana de não utilizar matéria prima animal em nenhuma parte do processo de produção. “Em termos de eficiência agrônômica é igual. A vantagem é que o esterco pode deixar algum resíduo animal, já o composto nos dá uma confiança maior no material por não liberar resíduos animais que podem contaminar o solo do produtor”, explica Marco Antônio de Almeida.

Para fazer a compostagem, ele busca componentes ricos em carbono e nitrogênio. Um dos ingredientes utilizados é a palhada de leguminosa, que é rica em nutrientes e produz uma compostagem de ótima qualidade. A partir destes resultados iniciais, o pesquisador e sua equipe testaram diversos outros componentes como, por exemplo, tortas vegetais do farelo de mamona – subprodutos de processamento agroindustrial.

Os estudos de Marco Almeida mostram que para a pessoa vegana e adepta da agricultura orgânica, a compostagem vegetal é uma das alternativas viáveis.



Wilson Dias/Agência Brasil

ADEPTA AO VEGANISMO HÁ QUATRO ANOS, A AGRICULTORA VANESSA DANCINGER UTILIZA O MÉTODO DE COMPOSTAGEM DESENVOLVIDO POR PESQUISADOR DA EMBRAPA PARA CULTIVAR ALIMENTOS IN NATURA COM MENOR IMPACTO AO SOLO



A IMPUNIDADE E A LAVAGEM DE DINHEIRO OFICIALIZADA PELA “LEI DE REPATRIAÇÃO DE RECURSOS” (*)



DOUGLAS FICHER
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

Sob o nome de “Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT)”, a Lei nº 13.254/2016 oficializou a permissão da prática da “lavagem de dinheiro”. Essa ideia não é nova, já existiu no passado (PL 5228/2005). O que poucos sabem é que a origem dessas ideias estão no grande esquema do Banestado: dois doleiros, interceptados com autorização judicial, já “discutiam” um projeto de lei para “garantir” a lavagem dos recursos que tinham enviado para o exterior ou lá recebidos e mantidos ilicitamente.

Desaída há um paradoxo na lei. Os benefícios não se aplicam a quem tiver sido condenado em ação penal pelos crimes listados no § 1º do art. 5º, “ainda que se refira aos recursos, bens ou direitos a serem regularizados pelo RERCT”. Assim, quem estiver sendo processado criminalmente com condenação (mas sem trânsito em julgado) pelos crimes indicados, mesmo que sem qualquer relação com os recursos existentes no exterior,

não poderá ser “beneficiado”. De outro lado, quem estiver sendo investigado ou processado sem condenação, mesmo que pelos fatos criminosos, pode ser beneficiado pela “anistia”. De qualquer modo, não se olvide que o benefício dependerá apenas da declaração acerca da origem dos recursos pelo criminoso.

Transformam-se recursos ilícitos em lícitos (art. 2º). Já a declaração (art. 4º, II) deverá conter informações necessárias à identificação dos valores a serem regularizados. Entretanto, essa declaração não poderá ser utilizada como único indício ou elemento para efeitos de expediente investigatório (art. 4º, § 12). E em caso de exclusão do regime, a instauração ou a continuidade de procedimentos investigatórios quanto à origem dos ativos objeto de regularização somente poderá ocorrer se houver evidências documentais não relacionadas à declaração do contribuinte (art. 9º, § 2º).

Diferentemente do que aparenta, quem, por exemplo, remeteu ao exterior recursos ilícitos decorrentes de tráfico de drogas, corrupção ou outros crimes graves também terá o benefício. Há quem sustente que, como a corrupção não está listada na lei dentre os crimes que podem ter extinta a punibilidade, inviável seria o benefício. Discordamos: a declaração da origem dos recursos será feita unilateralmente pelo próprio criminoso e ela não poderá ser sindicada ou utilizada para fins de investigação alguma. Como se sabe, a prova em crimes dessa natureza é muito difícil, especialmente quando os valores estiverem em contas de empresas *off shore* ou então *trusts*. Portanto, o criminoso regularizará recursos de quaisquer espécies existentes no exterior, declarando a origem que bem lhe aprouver e que possa ensejar o benefício dos (já também gravíssimos) crimes referidos na lei de repatriação.

Cumpridas as condições previstas antes da decisão criminal (retorne-se ao paradoxo anterior), “em relação aos bens a serem regularizados”, extinguirá a punibilidade (anistia-se o criminoso) de delitos de sonegação fiscal, inclusive contribuições do já combatido INSS, falsidades (arts. 297, 298, 299 e 304, CP), evasão de divisas (art. 22 da Lei n. 7.492/86) e lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei n. 9.613/98), especialidade dos doleiros (que “coincidência”).

Tudo será regularizado pelo pagamento da módica quantia de 15% de IR por ganho de capital (art. 6º). Sobre o valor do imposto incidirá multa de 100% (art. 8º). Ou seja, oficialmente “lavam-se” os recursos ilícitos com pagamento de meros 30% do produto do crime. Enquanto isso, para os brasileiros, o IRPF é de 27,5% (valores acima de R\$4.664,68) – quase o dobro do cobrado dos criminosos. Em caso de descumprimento das regras tributárias no Brasil, a multa (qualificada) será de 150%. A regularização dos bens e direitos e pagamento dos tributos implicará ainda a

redução de 100% da multa de mora (art. 6º, § 4º).

Há quem diga que a finalidade seria, em tempos de crise, permitir a recuperação de valores existentes no exterior. Outro embuste. E dos grandes. Por anos a fio já existem no País regras similares para “sonegadores” (“Refis”, em inúmeras edições). Há (sérios) estudos técnicos que demonstram que o Estado recuperou pouco mais de 2% do montante dos valores devidos por intermédio desses programas nas últimas décadas.

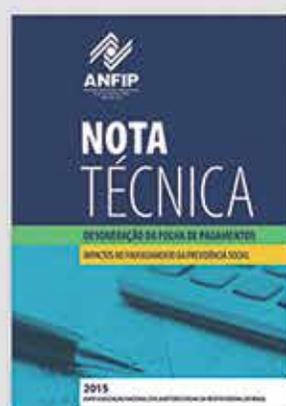
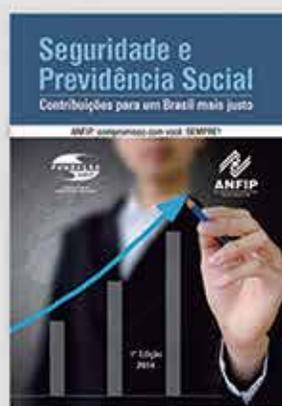
Diferentemente do que alguns pensam, não há discricionariedade ao legislador para “anistiar” situações dessa natureza.

O Tribunal Constitucional Alemão já reconheceu que lei de anistia penal viola o Princípio da Igualdade se a regra fixada pelo legislador para alguns tipos penais não for orientada pelo pensamento de justiça e se não puderem ser encontradas para ela quaisquer argumentos razoáveis que decorram da natureza da matéria ou que sejam compreensíveis de alguma outra forma (BVerfGE 10,234-Platow-Amnestie). Como diz Ferrajoli, ao se reconhecer como válidas regras dessa natureza, está-se impedindo a melhor eficácia dos direitos fundamentais segundo determinado pela Constituição. Maria Conceição Ferreira da Cunha é precisa: “mantendo-se a descriminalização de condutas muito danosas, a liberdade de uma pluralidade de pessoas pode ficar em casa”.

Por ora, estão felizes os criminosos de colarinho branco, corruptos, traficantes e lavadores de dinheiro. Mas o verdadeiro garantismo impõe a atuação positiva (integral) do Estado. Espera-se que o STF reconheça a inconstitucionalidade dessa lei. Pelo menos isso.

***Douglas Fischer,
Procurador Regional da República.**

Na página da ANFIP na internet, em www.anfip.org.br, você encontra várias publicações de livre acesso. Basta baixar no seu computador e ler. Aproveite para conhecer tudo sobre Previdência e Seguridade Social, entre outros assuntos de grande interesse.



 www.facebook.com/anfipnacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial



POR VOCÊ, PELO BRASIL!

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL TRABALHA EM DEFESA DE TODA A SOCIEDADE.



**ARRECAÇÃO DOS RECURSOS PARA
APOSENTADORIA - SAÚDE PÚBLICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGURO-DESEMPREGO - BOLSA FAMÍLIA**

A atuação do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil é a garantia de recursos para iniciativas que tocam a vida de milhões de brasileiros. Hoje, mais de 60% da arrecadação tributária federal são destinados ao orçamento da Seguridade Social. Estes recursos asseguram os programas nas áreas de Saúde Pública, Assistência e Previdência Social. É dinheiro que permite, por exemplo, o pagamento de aposentadorias, Seguro-Desemprego e Bolsa Família. A ANFIP tem orgulho de representar e defender o Auditor Fiscal.